

# Integração de gestão de informação e de dados para a proteção social: registros sociais e registros integrados de beneficiários

*Valentina Barca, Oxford Policy Management*

**O desenvolvimento de um sistema de informação para a proteção social** — que permita o fluxo e a gestão de informações no setor de proteção social e para além dele — pode garantir uma distribuição mais equitativa, responsiva e inclusiva de recursos, bem como aprimorar a eficiência e eficácia da prestação de serviço.

Entretanto, vários meios-termos, desafios e riscos podem surgir durante o processo e precisam ser abordados e geridos com cuidado, incluindo o aumento de custos e de complexidade, riscos relacionados à privacidade e segurança dos dados e riscos de exclusões múltiplas de programas do setor social. Ademais, a relevância dos benefícios da integração de informação depende, largamente, de sua organização prática e no uso final e qualidade do sistema integrado resultante.

## As duas principais abordagens sobre a integração de dados

A expressão “Cadastro Único”, usada para descrever abordagens de integração no setor de proteção social (inclusive no trabalho prévio da autora), é inexacta. Tem sido usada para se referir a abordagens significativamente diferentes em vários países. O que importa não é o nome que um país atribui a seu sistema, mas sim a sua aplicação prática: especialmente a origem dos dados (por exemplo, de onde estão sendo coletados e de que outras fontes de dados estão sendo extraídos) e para onde vão (por exemplo, quem tem acesso aos dados e como).

Existem duas abordagens — idealmente coexistentes e complementares — para se desenvolver um “repositório de dados” integrado para o setor de proteção social: (i) registros integrados de beneficiários integram informações a partir de sistemas de gestão de informação existentes de programas para abarcar informações importantes sobre os beneficiários (por exemplo, para fornecer uma visão geral de quem recebe o que); e (ii) registros sociais centralizam a coleta e armazenamento de dados de beneficiários em potencial para integrar a abordagem de registro e para se determinar a elegibilidade para vários programas. Cada uma das abordagens traz riscos e limitações específicos que a outra ajuda a superar (BARCA, 2017 e LEITE et al., 2017).

Independentemente de qual abordagem é utilizada para desenvolver o “repositório de dados”, seu pleno potencial como sistema de informação é desencadeado apenas quando usado conjuntamente com um *software* que o conecte dinamicamente com bases de dados do governo, transforme-os em informação de modo dinâmico, e analise e use essa informação. O que importa não é a criação de uma enorme base de dados, mas sim facilitar a interoperabilidade, compartilhamento e relatoria dos dados.

## O que deve se ter em mente como decisor político

As oportunidades e os desafios mencionados são determinados por objetivos específicos dos países (busca-se a integração para fornecer coordenação e fiscalização, para consolidar processos com o intuito de determinar a elegibilidade, e/ou integrar atividades e serviços?), bem como considerações institucionais, operacionais e tecnológicas, que, por sua vez, determinam a abordagem específica para a integração (BARCA, 2017). A depender dessas questões, as melhores práticas internacionais podem não ser adequadas para todos os casos. Aliás, a integração de dados e informações pode não ser sempre uma prioridade do setor de proteção social.

Há também várias considerações práticas envolvidas na construção de um sistema integrado: a porcentagem da população sobre a qual existem dados no registro (por exemplo, beneficiários vs. potencialmente elegíveis); quais dados estão sendo coletados e armazenados (por exemplo, quais variáveis); como os dados estão sendo coletados (por exemplo, pesquisa censitária vs. de demanda vs. bancos de dados existentes); como os dados



estão sendo atualizados, quais fontes de dados estão sendo utilizados e como; se a troca de dados se dá em tempo real; oportunidades de acesso aos dados em âmbito descentralizado e para partes interessadas externas; e o nível de privacidade e segurança dos dados. Essas escolhas afetam o potencial de um sistema: seu potencial de focalização e sua capacidade de responder a choques; casos de uso para outros setores; erros de exclusão e inclusão; facilidade de acesso para beneficiários em potencial; idade, fiabilidade e usabilidade dos dados; custo/data da coleta dos dados; tipo de dados disponíveis; contabilidade e responsabilização; e qualidade dos dados de maneira mais geral.

Nossa pesquisa mostrou que integração é principalmente uma questão de política, que exige arranjos públicos e institucionais ao invés de “consertos” técnicos. A implementação bem-sucedida desses sistemas exige um comprometimento político significativo para a integração do setor de proteção social e para além, bem como uma análise cuidadosa do contexto do país e dos possíveis custos e contrapartidas advindos da centralização dos dados e da gestão da informação.

O movimento na direção da integração de dados e informações no setor da proteção social tem sido frequentemente dominado por um foco na consolidação da focalização (registro e determinação de elegibilidade) entre vários programas. Mesmo que a busca por esses objetivos tenha sido eficaz em muitos países, é importante se reconhecer as possíveis desvantagens dessa abordagem e ajustar o foco principal da integração para servir melhor os cidadãos mais pobres e vulneráveis de um país ao longo de suas vidas.

#### Referências:

BARCA, Valentina. “Integrated Data and Information Management for Social Protection.” One Pager, n. 302. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/ctrpbz>>.

\_\_\_\_\_. “Integrating data and information management for social protection: social registries and integrated beneficiary registries.” Canberra/Austrália: Ministério de Relações Exteriores e Comércio, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/ErbB1E>>.

LEITE, Philippe; GEORGE, Tina; SUN, Changqing; JONES, Theresa; LINDERT, Kathy. “Social Registries for Social Assistance and Beyond: A Guidance Note & Assessment Tool”. Discussion Paper n. 1704. Washington D.C.: Banco Mundial, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/v9TQI5>>.

Esta publicação é uma parceria entre o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) e a *Oxford Policy Management* (OPM), com apoio da agência australiana de ajuda humanitária (AusAID). As opiniões expressas são da autora e não necessariamente refletem as opiniões do governo australiano. Este *One Pager* é uma atualização de uma publicação de 2015 sobre o mesmo tópico (BARCA, 2015). Aqui, abordamos as recentes evoluções desse campo tão dinâmico — incluindo mudanças na terminologia — e fornecemos orientações práticas para decisores e agentes políticos